

TERRITÓRIO CORPO- TERRA: RESISTÊNCIAS DAS MULHERES CONTRA O NEOEXTRATIVISMO DA SOJA NO BIOMA PAMPA

Territory body-earth: women's resistances against the neo-extractivism of soy in the Pampa biome

DOI: 10.48075/igepec.v26i2.29007

Eduarda Garcia Ferreira
Márcio Zamboni Neske
Mauricio Bruno Ceroni Acosta

TERRITÓRIO CORPO-TERRA: RESISTÊNCIAS DAS MULHERES CONTRA O NEOEXTRATIVISMO DA SOJA NO BIOMA PAMPA

Territory body-earth: women's resistances against the neo-extractivism of soy in the Pampa biome

Eduarda Garcia Ferreira
Márcio Zamboni Neske
Mauricio Bruno Ceroni Acosta

Resumo: O avanço vertiginoso do cultivo da soja no Bioma Pampa é uma das faces da rota de capilarização das fronteiras produtivas do regime neoextrativista na América Latina. Este estudo objetiva investigar as repercussões do neoextrativismo da soja no Bioma Pampa brasileiro, enquanto território corpo-terra, e as lutas territoriais protagonizadas pelas mulheres. O estudo é de cunho qualitativo, usufruindo de pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas. Levantou-se que as repercussões são ambientais, sociais, culturais e econômicas, ocorrendo a inter-relação entre as problemáticas que incidem sobre o território-terra e território-corpo das mulheres. As resistências se expressam como uma resposta às questões que atravessam as mulheres cotidianamente. A organização de frentes de resistência é urgente e indispensável para que a emancipação dos territórios pampeanos e das mulheres ocorra.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul. Fronteira agrícola moderna. Territorialidade. Gênero. Desenvolvimento regional.

Abstract: *The vertiginous advance of soy cultivation in the Pampa Biome is one of the faces of the capillarization route of the productive frontiers of the neo-extractivist regime in Latin America. This study aims to investigate the repercussions of the neo-extractivism of soy in the Brazilian Pampa Biome, as a territory body-earth, and the territorial struggles started by women. The study is qualitative, taking advantage of bibliographical research and semi-structured. It was raised that the repercussions are environmental, social, cultural and economical, with the interrelationship between the issues that affect the territory-earth and territory-body of women. Resistance is expressed as an answer to the issues that women face daily. The organization of resistance is urgent and indispensable for the emancipation of the Pampa territories and women in the Pampa.*

Keywords: Rio Grande do Sul. Modern agricultural frontier. Territoriality. Gender. Regional development.

Resumen: *El avance vertiginoso del cultivo de la soja en el Bioma Pampa es una de las caras de la ruta de capilarización de las fronteras productivas del régimen neoextractivista en América Latina. Este estudio tiene como objetivo investigar las repercusiones del neoextractivismo de la soja en el Bioma Pampa Brasileño, como territorio cuerpo-tierra, y las luchas territoriales de las mujeres. El estudio es cualitativo, haciendo uso de investigaciones bibliográficas y entrevistas semiestructuradas. Se encontró que las repercusiones son ambientales, sociales, culturales y económicas, con una interrelación entre los temas que afectan el territorio-tierra y el territorio-cuerpo de las mujeres. La resistencia se expresa como una respuesta a los problemas que enfrentan las mujeres a diario. La organización de frentes de resistencia es urgente e indispensable para que se lleve a cabo la emancipación de los territorios pampeanos y de las mujeres.*

Palabras clave: Rio Grande do Sul. Frontera agrícola moderna. Territorialidad. Género. Desarrollo regional.

INTRODUÇÃO

Conforme a socióloga Maristella Svampa (2019), onde eclodem atividades extrativas, como a sojicultura, caracterizadas pela masculinização dos territórios e lucros extraordinários, se intensificam e exacerbam problemáticas sociais. Nesse sentido, ainda segundo a autora, uma das consequências é a acentuação dos estereótipos da divisão sexual do trabalho, que agrava as desigualdades de gênero e produz o rompimento do tecido comunitário ao mesmo tempo que potencializa cadeias de violência preexistentes. Ademais, a socióloga equatoriana Alba Margarita Aguinaga alerta para uma importante consequência da dinâmica neoliberal latino-americana, conforme ela, as mulheres dos setores populares, as indígenas, mestiças, negras e camponesas foram o setor da população que levou sobre o seu corpo a maior carga de trabalho doméstico e produtivo, como também, tiveram suas demandas e identidades fragmentadas (BARRAGÁN et al., 2016). Todavia, o final do ciclo dos governos progressistas e o início de uma nova época aparece marcado pelas lutas das mulheres, em diferentes níveis, visíveis – ainda que não exclusivamente – nas resistências contra o neoextrativismo. Esse “momento feminista” é acompanhado da narrativa do bem-viver, dos direitos da natureza, da linguagem ecofeminista do corpo/território, da ética do cuidado e da afirmação da interdependência (SVAMPA, 2019).

Nesse cenário, situa-se o feminismo comunitário, oriundo sobretudo do Equador e da Bolívia. As organizações feministas comunitárias apresentam suas ações e sua existência como parte das resistências, das mobilizações, dos levantes e das construções populares, indígenas, camponesas e operárias latino-americanas (BARRAGÁN et al., 2016). Tendo em vista os horizontes do feminismo comunitário, surgem reivindicações, em torno da defesa do território corpo-terra, ou seja, a luta pelo fim das violências cometidas sobre os corpos encontra-se interligada ao enfrentamento das violências cometidas contra a natureza. Lorena Cabnal, feminista comunitária maya-xinka, nascida na Guatemala, defende que a defesa do território corpo-terra se trata de uma proposta que integra a luta histórica e cotidiana dos povos para a recuperação e defesa do território-terra, como uma garantia do espaço concreto territorial, onde se manifesta a vida dos corpos (CABNAL, 2010). Dessa forma, a partir da compreensão de que os corpos das mulheres são como superfícies de inscrição e sofrem transformações diante das pressões neoextrativistas, é pertinente ressaltar que tratar das corporeidades das mulheres e não evidenciar marcadores sociais como classe, raça e sexualidade tornaria esse debate raso, visto que, implicam diretamente na forma como se dão as pressões neoextrativistas sobre os corpos.

Posto isto, são as mulheres camponesas, indígenas e negras que conseguem assumir o discurso sobre a importância da natureza e a relação cultural, econômica e política a partir de outras diretrizes e significados que não os inicialmente propostos pelo ecofeminismo, denunciando que o dispositivo extrativista de desenvolvimento não apenas é economicista e funcionalizador da natureza, como também é profundamente racista, patriarcal e classista (BARRAGÁN et al., 2016). Sendo assim, abarcar a dimensão do território corpo-terra é, também, reivindicar o fim deste devastador modelo econômico que historicamente violenta a terra e os corpos das mulheres. Como bem afirma Lorena Cabnal (2018, p.27): “Eu não posso ser feminista se falo da defesa do meu corpo, da sexualidade, mas não defendo a terra. Afinal, onde vão viver os corpos emancipados?”

Dessa maneira, esse artigo analisa as repercussões ocasionadas pelo neoextrativismo da soja no Bioma Pampa mediante o horizonte do território corpo-

terra, além de, como se configuram os processos de resistências engendrados pelas mulheres contra a soja. Ou seja, o objetivo principal é investigar como se conformam as repercussões do neoextrativismo da soja e as lutas territoriais protagonizadas pelas mulheres no Bioma Pampa brasileiro.

Diante do exposto, além da primeira seção introdutória, o artigo se divide nas seguintes seções: (2) Discorre sobre o percurso metodológico da pesquisa e apresenta a área de estudo; (3) Descreve as faces do neoextrativismo da soja no Bioma Pampa brasileiro; (4) Apresenta as repercussões do neoextrativismo da soja no Pampa enquanto território corpo-terra; (5) Discorre sobre os processos de resistências engendrados pelas mulheres. Por fim, são apresentadas as considerações finais e referências bibliográficas.

2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso metodológico da pesquisa adotou uma abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo de relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operações variáveis (MINAYO, 2002). Concernente aos procedimentos, foi realizada pesquisa bibliográfica em meios de divulgação científica, bem como, a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas. Devido à pandemia de COVID-19, não foi possível a realização de entrevistas *in loco*. Desta forma, as entrevistas foram realizadas através das plataformas digitais Google Meet e WhatsApp, durante o segundo semestre de 2020. Foram entrevistadas sete mulheres – Leci, Sandra, Irene, Rosi, Carmem, Iasmin e Marli – que possuem experiência com a temática pesquisada e vivem em territórios do Pampa, especificamente, nos municípios de Santana de Livramento/RS, Rosário do Sul/RS e Canguçu/RS, sendo que, são principalmente, assentadas da reforma agrária, quilombola e agricultoras agroecológicas.

Visando organizar e fazer o tratamento dos dados, após a transcrição dos áudios das entrevistas, foi utilizado o software NVivo Plus, para a análise de dados qualitativos, posto que o NVivo permite a descoberta e exploração dos sentidos das informações alfanuméricas, auxiliando o pesquisador no decorrer da pesquisa, desde a definição e organização das categorias e subcategorias analíticas até o processo de análise (MOZZATO; GRZYBOVSKI; TEIXEIRA, 2016). Dada a organização das categorias e subcategorias analíticas por meio do software, adotou-se o procedimento análise de discurso. Os pressupostos básicos desta análise podem ser resumidos em dois: (1) o sentido de uma palavra ou de uma expressão não existe em si mesmo; ao contrário, expressa posições ideológicas em jogo no processo sócio histórico no qual as relações são produzidas; (2) toda formação discursiva dissimula, pela pretensão de transparência e dependência, formações ideológicas (PÊCHEUX, 1988). Para a análise de discurso, a sujeita é o resultado da relação existente entre história e ideologia (BRASIL, 2011). Conforme ressaltado por Gerhardt e Silveira (2009), a análise do discurso trabalha com o sentido que a sujeita manifesta, e não com o conteúdo. Portanto, tendo em vista as autoras, a leitura das transcrições foi realizada enfocando a posição discursiva das sujeitas, legitimada socialmente pela união social, da história com a ideologia dessas mulheres.

Com base no *The Coding Manual for Qualitative Researchers*, com autoria de Johnny Saldaña (2013), foram adotados os processos de codificação. Inicialmente, adotou-se o método de Codificação *In Vivo*, apropriado para

priorizar e honrar as vozes das participantes da pesquisa. Em seguida, usufruiu-se do método de Codificação Inicial, o mesmo consiste na divisão dos dados qualitativos em partes distintas, examinando-os e comparando-os quanto a semelhanças e diferenças. Saldaña (2013) indica que a Codificação Inicial é uma abordagem aberta de primeiro ciclo para codificar os dados com algumas diretrizes gerais e fornecer uma análise mais aprofundada. Por fim, foi utilizado o método de Codificação Focada, como um processo analítico de segundo ciclo, possibilitando dar seguimento na Codificação Inicial e *In Vivo* e utilizando códigos de dados sob similaridades temáticas e conceituais para desenvolver "as categorias mais salientes" no *corpus* de dados, o que permitiu a inter-relação com as categorias teóricas pré-definidas.

As codificações das entrevistas, realizadas no NVivo Plus, possibilitaram emergir as categorias do campo, a partir das vozes das mulheres, exploradas nas seções de resultados. No sentido da discussão levantada pela teórica indiana Gayatri Chakravorty Spivak (2010) sobre o poder de fala dos subalternos, não se trata de dar voz, mas, trata-se de trabalhar contra a subalternidade e criar espaços onde as vozes, nesse caso, de mulheres que vivem no Pampa possam ecoar e chegar a lugares onde sejam ouvidas. Ao mesmo tempo, também se fazem presentes na análise as categorias teóricas (i) neoextrativismo e (ii) território corpo-terra, as quais se interrelacionam com as categorias do campo, formando, assim, um mosaico teórico-analítico da pesquisa. Desta forma, as principais categorias de campo são: (i) instalação de complexos agroindustriais; (ii) incentivos para o plantio da soja; (iii) mudança agrária por via do arrendamento da terra; (iv) divergências entre o posicionamento de mulheres e homens contra o plantio da soja ou o arrendamento para o mesmo fim; (v) o uso excessivo de agrotóxicos e a impossibilidade e/ou a dificuldade no cultivo de alimentos agroecológicos.

2.1 – ÁREA DE ESTUDO

O Pampa, como é conhecido este território, representa 63% do Estado do Rio Grande do Sul e 2,1% do território nacional, contudo, o bioma não é exclusivamente brasileiro. A palavra Pampa provém da língua quíchua (ou quéchua) – idioma nativo da América do Sul - e significa planície. Como descreve a bióloga Luiza Chomenko, o Pampa gaúcho faz parte de uma extensa região natural com mais de 750 mil km² que abrange todo o Uruguai, o centro-leste da Argentina e o extremo sudeste do Paraguai (CHOMENKO, 2017). Essa região, denominada *Pastizales del Río de la Plata* ou, simplesmente, Campos e Pampas, constitui a maior extensão de ecossistemas campestres de clima temperado do continente sul-americano (BENCKE; CHOMENKO; SANT'ANNA, 2016). Ainda segundo os autores e a autora, qualquer definição que se pretenda dar a essa região será incompleta se não considerar a dimensão sociocultural. Em outras palavras, a caracterização do Pampa está vinculada ao manejo da terra realizado no decorrer dos séculos de ocupação humana (FOLLMANN; SILVA; LOSEKANN, 2017).

Apesar do modelo de ocupação do Pampa estar historicamente ligado à pecuária extensiva, a partir da segunda metade do século XX, houve um forte incremento da agricultura intensiva, principalmente para produção de grãos, em detrimento, é altamente marcante a expansão de áreas de cultivo de soja e milho geneticamente modificados, que passaram a ocupar áreas de campos nativos que antes eram de uso exclusivo de pecuária bovina (CHOMENKO, 2016). Nesse contexto de reconfiguração capitalista, o avanço vertiginoso do cultivo da soja no Bioma

Pampa, especialmente na última década, é uma das faces da rota de capilarização das fronteiras produtivas do regime neoextrativista.

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2020, entre os biomas brasileiros, o Pampa atualmente encontra-se em estágio mais avançado de supressão da cobertura natural. No período de 2000 a 2018, a maior perda percentual de área natural ocorreu no Bioma Pampa, onde 16,8% de sua área natural foi convertida em usos antrópicos, com a maior parte convertida em áreas agrícolas.

Já de acordo com dados divulgados em 2021 na plataforma Rede MapBiomas, entre 2000 e 2019 o Pampa Sul-americano – abrangendo Brasil, Argentina e Uruguai – perdeu 16,3 % de vegetação nativa, com redução de 519.496 km² para 434.795 km². O dado calculado por pesquisadoras e pesquisadores dos três países também indica que o Brasil foi o país que teve a maior perda proporcional de vegetação nativa, com 21.356 km² (20% da área existente em 2000), sobretudo devido à expansão das áreas agrícolas para o plantio de soja. Ainda segundo o MapBiomas, em relação às atividades agropecuárias, as áreas de agricultura e pastagens plantadas cresceram 17,4 %, de 427.239 km² para 501.489 km², com maior expressão em áreas na Argentina e no Brasil.

Compondo esse cenário, os resultados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE (2019) indicam que no Rio Grande do Sul em dez anos a área plantada com soja passou de 3,8 milhões em 2008 para 5,8 milhões de hectares em 2019. Ou seja, ambos os dados corroboram que a expansão do neoextrativismo da soja é, presentemente, no Pampa, o maior vetor responsável pela drástica devastação dos ecossistemas campestres e sua sociobiodiversidade.

3 – FACES DO NEOEXTRATIVISMO DA SOJA NO BIOMA PAMPA

Desde o tempo da colonização europeia, os territórios latino-americanos foram alvo de destruição e saques, esse processo é denominado como extrativismo e possui uma dimensão histórico-estrutural (SVAMPA, 2019). O termo extrativismo pode ser utilizado para se referir às atividades que removem grandes volumes de recursos naturais não processados (ou processados apenas parcialmente) e que se destinam sobretudo à exportação. O extrativismo não se limita aos minerais ou ao petróleo. Há também extrativismo agrário, florestal e, inclusive, pesqueiro (ACOSTA, 2016). Embora o extrativismo tenha se iniciado há mais de quinhentos anos, nem ele, nem a conquista e nem a colonização – atadas ao extrativismo – deixaram de existir com o fim da dominação europeia na América Latina (ACOSTA; BRAND, 2018). De acordo com Márcia Luiza Cruz Aguirre, o extrativismo adaptou-se às dinâmicas e alterações temporais ao longo desses quinhentos anos, passando pela colonização, pelos processos de independência, pela modernização, pela globalização – mantendo sempre a mesma essência (AGUIRRE, 2018). No começo do século XXI, o extrativismo adquiriu novas dimensões. Nesse contexto, no qual se podem registrar continuidades e rupturas, o conceito aparece recriado como neoextrativismo (SVAMPA, 2019).

Conforme Altieri (2004, p.7) “na segunda metade do século XX, vários países latino-americanos engajaram-se na intitulada Revolução Verde, um ideário produtivo proposto e implementado nos países mais desenvolvidos após o término da Segunda Guerra Mundial”. A Revolução Verde trouxe à América Latina uma nova realidade econômica estrutural ao inseri-la em outra dinâmica capitalista agroexploradora. No Pampa, um dos frutos desse advento foi a cultura da soja (AGUIRRE, 2018). Apesar da Revolução Verde ter se tornado expressiva a partir da

década de 1970, a intensificação agrária no Pampa tem crescido exponencialmente desde a década de 1990. Aguirre (2018) aponta que na região do Pampa brasileiro, a soja chegou por intermédio de agricultores da região norte do estado que conheciam o manejo do grão. No entanto, como um todo, a expansão da soja é guiada por grandes empresas do setor e por políticas públicas favoráveis à expansão da fronteira agrícola.

Diante do fenômeno histórico de apropriação da terra e concentração do capital no Pampa, as transformações ocasionadas ao longo das últimas décadas ampliaram as desigualdades de toda ordem, afetando diretamente as comunidades tradicionais – comunidades presentes, ainda que, pouco discutidas e visibilizadas (CANCELIER; KASSOL; NETTO, 2017). A sociobiodiversidade virou negócio e o Pampa uma vítima da atuação do capital internacional, entretanto, ainda que a sojicultura tenha causado problemas irreversíveis ao ambiente, a responsabilidade inicial pelo estabelecimento do cultivo da soja e pelos danos sociais e ambientais provocados é do neoextrativismo e do capital (AGUIRRE, 2018).

Tendo em vista tais elementos, compreende-se que as distintas configurações do neoextrativismo do cultivo da soja no Pampa estão vinculadas a intensos processos de exploração dos recursos naturais no contexto mais amplo da América Latina, podendo ser divididos em três diferentes fases. A primeira fase, refere-se ao cenário neoliberal (1980-1990), caracterizado por governos cujas políticas consolidaram o denominado Consenso de Washington. Nessa fase, desenvolveram-se processos que tendiam a condicionar territórios agrários do Pampa ao recebimento de investimentos estrangeiros, gerando as condições para otimizar os fatores de produção e possibilitar a obtenção de commodities e matérias-primas de origem agrícola. Ao final da década de 80 e início dos anos 1990, consolidou-se o crescimento dos territórios do agronegócio no Pampa, principalmente sobre a base da soja como “cultivo estrela” das grandes multinacionais presentes na região (ACHKAR, 2017).

No início do século XXI, iniciou-se a segunda fase, caracterizada pela ascensão dos governos progressistas latino-americanos. A fim de sublinhar o ingresso a uma nova ordem econômica e política, sustentada pelo boom dos preços internacionais das matérias primas e dos bens de consumo, demandados cada vez mais pelos países centrais e potências emergentes, denominou-se este período como Consenso das *Commodities* (SVAMPA, 2012). Embora o extrativismo clássico fosse defendido como um meio para crescer a economia, no neoextrativismo as justificativas muitas vezes apelam a uma ligação específica com planos sociais (GUDYNAS, 2011). Para Gudynas (2012) é necessário falar de um “neoextrativismo progressista” pois, segundo o autor, trata-se de práticas nas quais o Estado desempenha papéis mais ativos e alimenta programas de luta contra a pobreza, contudo continua adotando modelos de grande impacto social e ambiental. Nessa fase, a agricultura na região sul da América do Sul gerou mudanças sem precedentes (ACHKAR, 2017).

Ainda segundo Achkar (2017), atualmente, vivencia-se a terceira fase, caracterizada pelo neoliberalismo. Entretanto, trata-se de um neoliberalismo que apresenta configurações distintas. De acordo com Niederle et al. (2021, no prelo), o paradigma neoliberal que ganhou força, no Brasil, após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, já não abraça o mesmo discurso de “livre mercado” dos anos 1990, visto que, o governo de Jair Bolsonaro está alicerçado em relações clientelistas, patrimoniais e autoritárias, assim como em formas de acumulação econômica baseadas na espoliação da natureza e do trabalho, sendo o setor agrícola aquele no qual esse novo paradigma expressa com maior nitidez a sua

força. Sob essa égide, trata-se nitidamente da perversa equação entre “mais extrativismo, menos democracia” apontada por Maristella Svampa (2019).

4 – “A NOSSA BRIGA É PELA SOBREVIVÊNCIA”: REPERCUSSÕES DO NEOEXTRATIVISMO DA SOJA NO PAMPA ENQUANTO TERRITÓRIO CORPO-TERRA

Inicialmente, é relevante destacar que as repercussões ocasionadas pela soja sobre os territórios do Pampa não se dão de forma homogênea, pelo contrário, são diversas as dinâmicas. Para fins de exemplificação, pode-se citar, o caso de Canguçu e Santana do Livramento. Enquanto no primeiro município prevalecem os minifúndios e a agricultura familiar, no segundo, os latifúndios e a pecuária extensiva ainda imperam. Ou seja, as ações se dão de formas distintas dadas as configurações fundiárias dos municípios, contudo, convergem ao incidir drasticamente sobre ambos.

A partir da análise das entrevistas e tendo como referência os discursos das mulheres, foi unânime a constatação de que o agronegócio da soja infere diretamente sobre os territórios onde vivem, e é responsável por uma série de repercussões, sejam sociais, econômicas, culturais ou ambientais. Nas palavras de Sandra, residente em Santana do Livramento/RS e integrante do Setor de Gênero do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), “a soja impacta muito sobre a natureza e sobre a vida das pessoas”.

A estruturação das forças do agronegócio nos territórios, na maioria dos casos, se dá por meio da instalação de complexos agroindustriais, geralmente pertencentes a empresas de capital transnacional. A expansão da soja nas regiões estudadas tem promovido uma reconfiguração dos atores de setores produtivos e da organização dos mesmos, aliando-os a um sistema agrário de produção empresarial. Estes atores sojeiros, envolvem sindicatos rurais empresariais, “novos” agricultores que chegam ao território comprando e/ou arrendando terra, “antigos/as” pecuaristas patronais do território que arrendam suas terras para o plantio de soja e/ou adentram à produção de soja, grupos promotores da produção de soja (empresas de insumos, máquinas e implementos agrícolas, transporte, assistência técnica, recebimento e armazenamento de soja, meios de comunicação). Soma-se também o incentivo explícito e/ou implícito do Estado, seja através do financiamento do desenvolvimento de pesquisas científicas, tecnológicas e de inovação em organizações públicas e privadas. Ao mesmo tempo, o Estado tem sido um agente importante de estímulo e indução ao plantio de soja através das políticas de crédito rural, sendo possível constatar na região que grande parte dos produtores rurais utilizam esses recursos para a realização de investimentos e para o custeio de suas atividades.

Sobre incentivos para produzir soja, Rosi, residente em Santana do Livramento/RS, assentada da reforma agrária e membra do conselho gestor da Coperforte (Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste), manifesta-se da seguinte maneira “O governo local incentiva, o estadual e o federal também, tanto é que ele está auxiliando o agro para destruir o Pantanal com as queimadas, até os órgãos de fiscalização trabalham a favor do agronegócio, tudo é facilitado pra eles”.

Nesse âmbito, outro fator levantado pelas mulheres é a prestação de serviços de infraestrutura, principalmente referente ao melhoramento de estradas rurais. Segundo elas, as reivindicações de agricultores(as) familiares e camponeses(as) são desconsideradas, ao passo em que as de sojicultores são atendidas. Através da fala de Sandra é possível visualizar esses elementos:

Tem uma patrulha agrícola do município que faz serviços para a agricultura familiar, a gente marca o dia e paga por esse serviço, só que se tem algum produtor de soja, ele consegue mais fácil que o maquinário chegue lá, porque tem um conhecido ou porque tem um apadrinhamento que favorece ele. [...] com o município a gente não consegue com que arrumem as estradas, mas na época de colheita da soja os maquinários da prefeitura estão direto arrumando as estradas, pros fazendeiros, pros granjeiros. Isso dá o incentivo para eles (Sandra, Santana do Livramento, 2021).

Nesse enredo, a presença de representantes políticos defensores dos interesses do agronegócio nos níveis federal, estadual e municipal legitima o uso dos recursos públicos para beneficiar seus interesses próprios acima das necessidades dos demais. Como bem apontam as autoras Deysi Cioccarì e Simonetta Persichetti (2020, p.26) “O Estado entra como meio de cooptação, ou seja, de transformismo e de exercício da pequena política”. Ademais, são pautadas as excessivas normatizações sanitárias aos produtos da agricultura familiar, ao passo em que supostamente a fiscalização de crimes ambientais cometidos por produtores de soja não é efetiva. A fala de Marli, agricultora agroecológica no Assentamento Cerro dos Munhoz em Santana do Livramento/RS, suscita esse debate:

Eles têm status, não tem polícia atrás deles, não tem fiscal, não tem vigilância sanitária, mesmo que eles passem veneno na propriedade e cause envenenamento no centro da cidade, como já aconteceu aqui em Santana do Livramento. Foi encontrado 2,4-D na Praça Internacional, mas isso não aparece, não tem divulgação e nunca é comprovado. Não há apoio dos governos, de nada pra fiscalizar isso, mas se nós chegarmos com o queijo não registrado pra vender, somos denunciados. Mesmo contaminando o meio ambiente, prejudicando toda a natureza e envenenando todo mundo, eles conseguem ser legais, e nós somos ilegais (Marli, Santana do Livramento, 2021).

Torna-se relevante destacar que esse não é um processo arbitrário, pelo contrário, os processos artesanais de produção de alimentos na agricultura familiar e camponesa são marginalizados em detrimento da expansão de processos de industrialização que não contemplam a pluriatividade característica desses modos de vida. Salvaro e Santos (2018) debatem sobre os desafios da inserção formal dos produtos da agricultura familiar e ressaltam dois fatores importantes: (1) a produção artesanal surgiu muitos antes dos marcos regulatórios e faz parte da tradição cultural do mundo rural e (2) o estabelecimento de normas não se faz apenas baseado em critérios neutros de eficiência ou de interesse público.

Nesse sentido, o exposto por Marli: “A nossa briga é pela sobrevivência”, torna nítido que em cenários de neoextrativismo da soja duas situações antagônicas são expostas, por um lado, a luta pela sobrevivência em um ambiente rural marcado pelo monocultivo, no outro extremo, a defesa dos inúmeros privilégios sociais e políticos que são destinados a uma minoria que levantou as bases de seus monopólios a partir da superexploração da natureza e de grupos sociais historicamente marginalizados.

Outra situação recorrente, têm sido a de mudança agrária por via do arrendamento da terra. Esta prática leva a uma substituição de atividades em diversos contextos, seja em assentamentos da reforma agrária, na agricultura familiar ou então na pecuária familiar, onde a soja passa a representar a principal fonte de renda dos(as) arrendatários(as). “Granjeiros” (produtores oriundos de granjas) com

grande poder aquisitivo para o arrendamento da terra, sitiam o entorno de comunidades tradicionais, assentamentos e demais localidades, impossibilitando o cultivo de alimentos agroecológicos, por exemplo. Diante da inexistência de outra possibilidade de sobrevivência, ou em alguns casos seduzidos(as) pela suposta facilidade do dinheiro proveniente do arrendamento, a terra é arrendada e o cultivo da soja é instaurado. Iasmim, Técnica em Agroecologia, agricultora agroecológica e vereadora em Canguçu/RS relata um processo que tem ocorrência difundida em territórios do Pampa, onde, segundo ela:

Tornou-se frequente andar pelo rural e ver uma casinha rodeada por soja, as pessoas já foram embora dessas casas, isso é algo que precisamos discutir, os agricultores entraram em uma espécie de transe aqui, estão arrumando qualquer cantinho para arrendar e plantar soja (Iasmin, Canguçu, 2021).

A partir desse relato, podemos associar o arrendamento da terra para o plantio da soja como um dos fatores que respalda a decisão de deixar o rural, ou seja, trata-se de um processo que têm levado ao êxodo rural. Além disso, a extensividade dos monocultivos se associa à especulação no mercado imobiliário rural, o que aumenta os preços de arrendamento e compra de campos e a concentração de propriedade (ACHKAR, 2017).

Já diante do questionamento sobre divergências entre o posicionamento de mulheres e homens contra o plantio da soja ou o arrendamento da terra para o mesmo fim, foi exposta a existência de conflitos. Segundo algumas entrevistadas, os homens estão mais propensos a aderir ao plantio da soja, pois, teriam maiores preocupações em obter lucro sobre a terra. Irene, agricultora agroecológica no Assentamento Paraíso em Rosário do Sul/RS, relata o conflito que se deu no território onde vive: "Os homens estão mais propensos a produzir a soja. Tem uma área coletiva dentro do assentamento, já vieram várias vezes com a proposta de plantar soja, mas aqui não, já chega aí fora o que fazem". O machismo se reflete tanto na tomada de decisão quanto no plantio, sendo que, as mulheres são subjugadas na deliberação, Marli evidencia o seguinte:

Os machões se protegem, essa é uma grande tristeza pra mim, eu e outras mulheres convivemos com essa dor. Se a terra é do homem, se o lote é do homem, a decisão do que plantar é do homem. Se ele decidir plantar soja, ele vai plantar soja, mesmo que as mulheres não queiram (Marli, Santana do Livramento, 2021).

Sandra apresenta sua perspectiva no que se tange aos motivos que condicionam o posicionamento das mulheres quanto ao plantio da soja:

E na questão de decisão, de planta ou não plantar soja, há uma briga muito grande entre homens e mulheres, porque a mulher pensa na alimentação, pensa no produto que vai colocar na mesa, como uma moranga, uma melancia...que sai dali da terra, produzida por ela mesma e vem pra mesa. E o homem já tem a cabeça mais voltada para o grande, quer arrendar o lote, produzir 20/30 hectares de soja, porque o preço da soja está bom, o homem pensa na quantidade em valor e a mulher pensa na qualidade de vida, tanto para ela quanto para os filhos (Sandra, Santana do Livramento, 2021).

Em contraponto, distanciando-se de possíveis essencialismos de gênero, Carmen diz o seguinte: "Há diferença entre homens e mulheres dependendo da formação (política) que cada um teve. Não pelo gênero". Independente das divergências entre os motivos que levam as mulheres a serem mais resistentes à soja, as perspectivas das entrevistadas revelam que esses conflitos são permeados pela desigualdade de gênero no interior das famílias. Nessa conjuntura, a despossessão da terra pode ser compreendida como fator limitante para que as mulheres possam enfrentar efetivamente a soja. Em casos onde a posse da terra está em nome dos homens, elas tendem a perder autonomia para decidir acerca de quais estratégias de obtenção de renda serão adotadas na propriedade. Em alguns cenários, onde, optou-se por cultivar a soja, são destinados às mulheres espaços no entorno de casa para que seja cultivada uma horta que proverá verduras e legumes para a família, ou seja, subentende-se que a autonomia dessas mulheres é limitada ao pequeno espaço destinado a elas no quintal de casa. Entretanto, em muitos casos, nesses pequenos espaços, as mulheres colocam em prática o cuidado entre si e com a terra, defendendo sua liberação, mantendo a prática de cura, produção e alimentação a partir de conhecimentos adquiridos na experimentação, conservando participativamente a biodiversidade e como guardiãs de saberes e práticas associadas (PINHEIRO, SILVA; RODRÍGUEZ, 2019).

Quanto aos impactos sobre o território-terra, todas as entrevistadas apontaram para o excessivo uso de agrotóxicos como o maior problema, sendo que, emergem preocupações quanto à qualidade da água, do ar e dos solos, bem como, quanto às consequências para a saúde humana diante da exposição contínua a esses produtos. Carmem declara "Usam veneno e vem para nossas plantas, frutas e verduras, sem falar na saúde humana, ainda não sentimos, mas sabemos que nos afeta [...] têm muitas famílias com pessoas com câncer, muitos já morreram". Sandra também compartilha da preocupação com a saúde e se expressa da seguinte maneira: "Às vezes alguém tem uma ferida que não cicatriza, isso aí já é resquício do veneno da soja, a questão do câncer, da depressão, isso tudo está ligado à produção de soja". As implicações nefastas do uso de agrotóxicos na sojicultura recaem sobre o território corpo-terra, ou seja, o solo, a água e o ar são contaminados, consequentemente as pessoas que ingerem os alimentos desse solo, que bebem dessa água e respiram esse ar estão expostas à contaminação. Para Luiza Dias Flores e Damiana Bregalda Jaenisch, as consequências são notáveis, tanto na incidência de câncer, quanto nos riscos de infertilidade – uma política que seleciona, implicitamente, quem poderá se reproduzir. Sem falar no apagamento de memórias coletivas de modos de cultivo e guardiania da biodiversidade (FLORES; JAENISCH, 2018). Ou seja, não há dissociação entre a qualidade ambiental – território terra – e a saúde e bem-estar das mulheres – território corpo. A reivindicação de Lorena Cabnal (2018) abrange essa perspectiva, onde, segundo ela: "Se você se indigna contra os agrotóxicos, contra os transgênicos, contra a mineração etc. e não se indigna quando uma mulher é violentada, rompe-se a rede de construção de um novo mundo, rompe-se a rede da vida". Leci, liderança comunitária na Comunidade Quilombola Ibicuí da Armada em Santana do Livramento/RS, traz ao debate outra importante repercussão, a impossibilidade e/ou a dificuldade para cultivar alimentos agroecológicos em territórios onde a soja é presente, segundo ela:

Temos falado bastante sobre os danos do agrotóxico. Temos um pomar orgânico dentro da comunidade e esse pomar já não é mais tão orgânico porque a soja está tão perto. O pessoal não consegue ter horta porque é muito próxima do veneno. Temos também o pessoal

que plantava pêssego pra vender e com o uso dos agrotóxicos muito perto os pêssegos caem antes da época e ficam ruins, tá afetando bastante. O problema é que quem planta não vê isso, não enxergam, só vem o lucro que eles têm (Leci, Santana do Livramento, 2021).

Desta forma, torna-se explícito que para além de levar ao envenenamento dos territórios corpo-terra, o neoextrativismo da soja rompe a autonomia dos povos ao impossibilitar o cultivo de alimentos agroecológicos. Contudo, essa e tantas outras práticas devastadoras, seguem sendo legitimadas a partir do que Flores e Jaenisch (2018, p.4) chamam de “uma política de extermínio disfarçada de “desenvolvimento” para ter mais eficácia”. Diante das discussões expostas, se pode compreender que os desencadeamentos do neoextrativismo da soja no Pampa recaem sobre o território corpo-terra, ou seja, vislumbra-se uma inter-relação entre as problemáticas que incidem sobre o território-terra – por meio das consequências ambientais, sociais, econômicas e culturais – e aquelas que recaem ao território-corpo das mulheres.

5 – “A MUDANÇA SERÁ AOS POUCOS, TRABALHO DE FORMIGUINHA, E NÃO DÁ PRA DESANIMAR, NUNCA”: OS PROCESSOS DE RESISTÊNCIA ENGENDRADOS PELAS MULHERES

A partir do entendimento de quais são as repercussões ocasionadas pelo neoextrativismo da soja no Bioma Pampa enquanto território corpo-terra, é possível investigar e compreender as significações atribuídas aos territórios e analisar os processos de resistências das mulheres. Mediante as vivências e experiências das mulheres, são concedidas as significações que extrapolam a materialidade, ou seja, vínculos simbólicos, culturais e espirituais tecem uma trama de sentidos que definem suas relações com os territórios.

Em um contexto latino-americano, devido à herança de um modelo capitalista extrativista moderno-colonial, Haesbaert (2021) aponta para uma conceituação de território que vai muito além da clássica associação à escala e/ou a lógica estatal e se expande transitando por diversas escalas, mas com um eixo na questão da defesa da própria vida, da existência ou de uma ontologia terrena. A natureza é compreendida como uma expressão do sagrado, dessa forma, a responsabilidade e o cuidado com o ambiente são constitutivos da noção de pertencimento. A declaração de Carmem endossa essa compreensão, de acordo com ela “Pertencer ao território pra mim, significa ter responsabilidade com ele, ter responsabilidade com este ambiente, ter responsabilidade com as pessoas que vivem nesse espaço, ter responsabilidade com a vida que está neste lugar”. Nessa lógica, Rogério Haesbaert (2020, p.13), discorre sobre a construção do território mediante a luta por sua defesa e a importância do cuidado. Segundo ele:

Se o território é construído na luta, no embate diante de uma ameaça – que, no extremo, é a ameaça à própria existência, frente à qual é preciso resistir – ele também é construído na luta por manter, por preservar a vida que se tem. É neste sentido que se pode falar na importância, hoje, dos territórios de cuidado, do cuidado com o território, tornado ainda mais evidente frente à pandemia de coronavírus (HAESBAERT, 2020, p.13).

Ao abordarmos o tema das resistências no panorama do território corpo-terra, compreendeu-se que os processos de engajamento e luta se expressam nos modos de

vida dessas mulheres, ou seja, como uma resposta às questões que as atravessam cotidianamente. Para as entrevistadas, a permanência na terra em contextos de subalternização do modo de vida camponês, a atividade de fazer feira apesar dos longos trajetos em estradas precárias para chegar até a área urbana, as políticas públicas irrisórias que verdadeiramente contemplam a agricultura familiar e camponesa, o plantio agroecológico em territórios onde a soja está consolidada, as violências de gênero, racismo, estigmatização de movimentos sociais e as duplas, ou até triplas, jornadas de trabalho que sobrecarregam as mulheres rurais, são atos de resistência e luta inerentes ao seus cotidianos. A proposição de Porto-Gonçalves (2006, p.16) leva uma reflexão extremamente relevante, onde, de acordo com o autor “mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior [...] temos r-existência, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de [...] um lugar próprio [...]”. Em outras palavras, dado o contexto de neoextrativismo da soja, duas consequências antagônicas são expostas, como já mencionado anteriormente – por um lado, a luta pela sobrevivência, pelo outro lado, a luta pela garantia de privilégios sociais e políticos – desse modo, os processos de r-existência, mencionados nas entrevistas podem ser entendidos como reações às danosas consequências impostas aos territórios corpo-terra. Trata-se, portanto, de territórios de r-existência, onde a resistência se fortalece no combate às ameaças sobre a vida ao mesmo tempo em que a existência se afirma através da coexistência entre nossos múltiplos territórios/mundos de vida (HAESBAERT, 2021).

A reprodução de práticas culturais, pautadas por Leci e Irene, como as benzeduras, o conhecimento de plantas com potencialidades de cura (física e espiritual), a construção de hortos medicinais e o uso de chás no tratamento de doenças transpassam as gerações e se caracterizam como importantes representações do vínculo com a terra e do cuidado com a comunidade. Leci expressa-se da seguinte maneira: "Aqui temos tudo, o que nos judia é o agrotóxico, mas a gente tem o chá que é a cultura do local, tem benzedeira aqui. Se quiser fazer uma horta pode fazer, com dificuldade (por conta dos agrotóxicos) mas consegue". Através do relato de Leci é possível vislumbrar que as práticas de cuidado, por elas citadas, se expressam também como atos de r-existência contra os agrotóxicos decorrentes do plantio de soja no entorno da comunidade onde vive. Irene conta sobre as práticas de cuidado com a terra e com as companheiras de sua comunidade, em suas palavras: "Quando elas têm problemas com as plantas, elas vêm me perguntar como curar, precisando de um chá, também me procuram, eu sou meio bruxa. Temos um horto de chás e um relógio biológico do corpo humano. Aprendi com a minha avó a lidar com chás." De forma dialógica, em pesquisa sobre as lutas cotidianas em defesa de territórios corpo-terra, realizada no Rio Grande do Sul, as autoras Pinheiro, Silva e Rodríguez (2019, p.13), defendem:

Por meio de práticas de cuidado entre si e com a terra, estas mulheres defendem sua liberação, mantendo a prática de cura, produção e alimentação a partir de conhecimentos adquiridos na experimentação, conservando participativamente a biodiversidade e como guardiãs de saberes e práticas associadas (PINHEIRO; SILVA; RODRIGUÉZ, 2019, p.319).

Ainda segundo as autoras, “as práticas e memórias sobre cura e alimentação são também referências que influenciam ações coletivas e fortalecem os territórios (terra e corpo) (PINHEIRO; SILVA; RODRIGUÉZ, 2019, p.319).

Se tratando especificamente de lutas incisivas contra a soja, constatou-se que esses processos não são difundidos no Pampa, contudo, salvaguardam-se casos em que localmente o enfrentamento à soja foi direto. A exemplo disso, o caso do Assentamento Paraíso, no município de Rosário do Sul/RS, onde após aviões pulverizarem agrotóxicos ilegalmente sobre o assentamento, foram realizadas denúncias aos órgãos competentes, o que levou ao fim da prática. Irene também relatou que um grupo de homens da comunidade chegou a cogitar o plantio da soja em um espaço comunitário, contudo, a intenção não seguiu adiante pois as mulheres se mobilizaram para que não ocorresse.

Já Sandra, ao traçar uma comparação entre o enfrentamento ao plantio de *Eucalyptus spp* e o enfrentamento à soja, revela que há potencialidade para a organização coletiva das mulheres contra esse monocultivo, considerando a experiência anterior, onde, segundo ela:

Ainda há uma grande luta a ser feita com as mulheres, porque há um tempo atrás, uns 12/13 anos, tínhamos aqui no estado a questão do deserto verde, que era a monocultura dos eucaliptos, nessa época as mulheres da Via Campesina e dos movimentos sociais começaram a trabalhar com essa questão que era problemática para o Bioma Pampa. As mulheres conseguiram consolidar essa resistência aos eucaliptos. E com a soja não é diferente, se as mulheres tiverem clareza do quanto a soja é prejudicial pro seu território, para sua família, vai se criar uma grande resistência, com muita luta (Sandra, Santana do Livramento, 2021).

Foi assimilado que a demanda pela reestruturação ou estruturação dos vínculos comunitários é presente nas falas das entrevistadas, indicando que atrelada à formação política e ao despertar para a luta, podem constituir uma das possibilidades que levam até a construção de frentes de resistência contra a soja. Ao intencionar sobre o futuro que almeja, Carmem traz em sua fala elementos que indicam um sentido de complementaridade, união, resistência e cuidado, em suas palavras “O cenário ideal pra mim no meu território seria que todas as famílias desprezassem os venenos, os transgênicos e abraçassem a produção de alimentos saudáveis e ainda cultivassem a amizade e respeito entre as pessoas e natureza”. Como se sobressai na fala da Carmem, tendo em vista Julieta Paredes e Adriana Guzmán (2014) e Julieta Paredes (2016), não se trata de pensarmos as mulheres frente aos homens, mas, sim, pensarmos mulheres e homens em comunidade, denunciando e lutando contra o machismo e o patriarcado, uma comunidade onde se reconheça as diferenças e onde se tenha respeito e responsabilidade com a vida, pois a comunidade é onde somos imprescindíveis uns(umas) para os(as) outros(as). Pode-se ainda, nos termos do que Carmem reivindica, dizer que o desenvolvimento é almejado, quer dizer, no sentido defendido por Favero (2007), onde “o desenvolvimento é um modo ou uma estratégia de grupos sociais (dimensão cooperativa) que, através de seus movimentos, experimentam e buscam construir vida digna”.

Também é necessário atentar-se para as juventudes que têm crescido em um tempo onde pautas como desigualdades de gênero, e representatividades têm sido amplamente levantadas. Nesse sentido, Iasmin, de 23 anos, a vereadora mais jovem eleita em Canguçu/RS, expressa-se:

Tenho a intenção de fazer um trabalho que incentive as mulheres, a representatividade é tão importante quanto chegar onde eu cheguei.

Incentivar outros jovens é muito lindo. Tenho certeza que a partir dessa representação que a gente conseguiu construir, muitas outras mulheres e jovens estão se sentindo aptas e fortes. Canguçu há 16 anos não via uma mulher na política. Incentivar as pessoas a trilhar seus caminhos da forma como elas acham melhor é uma das minhas linhas de trabalho (Iasmin, Canguçu, 2021).

Concernente às suas motivações, as mulheres contemplam que vale a pena resistir e lutar por um futuro onde as próximas gerações possam viver plenamente, onde seja possível cultivar a terra e obter alimentos saudáveis, onde as juventudes permaneçam no campo e a agroecologia seja difundida, ou seja, resistir e lutar por uma sociedade mais justa e consciente, que reestruture o senso de pertencimento dos seres humanos como parte da natureza. Como descrito por Flores e Jaenisch (2018, p.5): “É preciso encarar de frente, assumir que nossos corpos são territórios de disputa e de resistência e que neles reside a força que permite nos conectar à luta de outros territórios-corpo, territórios-terra”. Nesse prisma, Irene, diz que “Eu queria um mundo onde as pessoas pudessem produzir, resistir, vender seu alimento e se curar”. Já Carmen ressalta que: “Vale a pena lutar e resistir pela vida saudável para as próximas gerações, e pela igualdade de direitos”. Por fim, para Rosi: “Vale a pena lutar porque eu sonho com uma sociedade melhor, acredito em um mundo melhor. A mudança será aos poucos, trabalho de formiguinha, e não dá pra desanimar, nunca”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se constatar que, o advento do fenômeno da sojificação no Pampa brasileiro ensejou a emergência de conflitos socioambientais e processos de resistências até então impensados. Inicialmente invisibilizados pelo latifúndio pastoril e, agora pela agriculturização, grupos sociais tradicionais, como camponesas, quilombolas e pecuaristas familiares enfrentam as pressões neoextrativistas exercidas sobre os territórios através da monocultura da soja.

Se tratando de processos efetivos de resistências contra a soja, formas de organização social e política coletivas são incipientes e difusas, salvaguardam-se poucas circunstâncias em que localmente o enfrentamento se dá de forma efetiva. É importante sublinhar, novamente, que a monocultura da soja tem avançado vertiginosamente sobre o Pampa, incidindo para a deterioração da qualidade da água, do solo, do ar, provocando o apagamento de traços culturais intrínsecos à reprodução social no território do Pampa, erodindo sociabilidades e promovendo um crescimento econômico que contempla apenas uma minoria de grupos sociais e econômicos que se beneficia dessa dinâmica do capital.

Sendo assim, a organização efetiva de frentes de resistência nos territórios do Pampa é urgente e indispensável, assim como, pesquisar, esclarecer, discutir e difundir informações sobre os múltiplos conflitos inerentes ao cultivo da soja, ou seja, aponta-se para a necessidade de transpor as barreiras acadêmicas e alcançar a sociedade como um todo.

Ao termos usufruído da categoria analítica território corpo-terra, voltamos a atenção para as repercussões do neoextrativismo da soja sobre o território-corpo das mulheres e sobre o território-terra do Pampa, compreendendo que os desencadeamentos estão interligados e que se torna essencial lutarmos contra o fim das violências contra as mulheres e contra a terra, bem como, defendermos a emancipação das mulheres e dos territórios.

Por fim, reforçamos que a construção de alternativas concretas perpassa necessariamente pela ação comunitária e pela compreensão de que os problemas são sistêmicos, mas, que através da solidariedade, coletividade, politização, resistência, engajamento e comprometimento com as lutas levantadas, é possível caminhar rumo a outro horizonte.

REFERÊNCIAS

- ACHKAR, M. El bioma pampa: un territorio en disputa. *In*: WIZNIEWSKY, C. R. F.; FOLETO, E. M. (org.). **Olhares sobre o pampa**: um território em disputa. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p.126-140.
- ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. *In*: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Autonomia Literária e Elefante, 2016. p.46-85.
- ACOSTA, A.; BRAND, U. **Pós-extrativismo e decrescimento**: saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018.
- AGUIRRE, M. L. C. **A sojicultura no Pampa frente ao neoextrativismo**: as repercussões no Pampa brasileiro. 2018. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Territorial e Agroecologia) - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Santana do Livramento, 2018.
- ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BARRAGÁN, M. A.; LANG, M.; CHAVÉZ, D. M.; SANTILLANA, A. Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. *In*: DILGER, G.; LANG, M.; FILHO, J. PEREIRA FILHO, J. (org). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-neoextrativismo e alternativas ao desenvolvimento. 1.ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p.88-120.
- BRASIL, L. L. Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. **Linguagem: Estudos e Pesquisas**. v.15, n.01, p.171-182, jan.-jun., 2011.
- BENCKE, G. A; CHOMENKO, L.; SANT'ANNA, D. M. O que é o Pampa?. *In*: CHOMENKO, L.; BENCKE, G. A. (org.). **Nosso Pampa desconhecido**. 1. ed. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016. p. 16-27.
- CABNAL, L. Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política. *In*: MOURA, I.; PRAÇA, M. (org.). **Outras economias**: alternativas ao capitalismo e ao atual modelo de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Instituto PACS, 2018. p. 23-28.
- CABNAL, L. **Feminismos diversos**: el feminismo comunitario. Espanha: ACSUR - Las Segovias, 2010.

CANCELIER, J. W.; KASSOL, K. P.; NETTO, T. A. A ação do capital no território do pampa. *In*: WIZNIEWSKY, C. R. F.; FOLETO, E. M. (org.). **Olhares sobre o pampa**: um território em disputa. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p.170-177.

CHOMENKO, L. Transformações estruturais no pampa. *In*: WIZNIEWSKY, C. R. F.; FOLETO, E. M. (org.). **Olhares sobre o pampa**: um território em disputa. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p.62-77.

CHOMENKO, L. O Pampa em transformação. *In*: CHOMENKO, L.; BENCKE, G. A. (org.). **Nosso Pampa desconhecido**. 1. ed. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016. p. 188-203.

CIOCCARI, D.; PERSICHETTI, S. O Brasil agrário: o conservadorismo e a direita na Bancada Ruralista. **Em Tese**, v.17, n.1, p.07-32, jan.-jul., 2020.

ESTEVAM, D. de O.; SALVARO, G. I. J.; SANTOS, V. J. dos. Os desafios da inserção formal de produtos da agricultura familiar no mercado. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v.23, n.1, 262-281, jan.-abr., 2018.

FAVERO, C. C. Os movimentos sociais e a questão do desenvolvimento. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 7, n. 2, 2007. DOI: 10.48075/igepec.v7i2.291. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/291>. Acesso em: 13 mar. 2022.

FLORES, L. D.; JAENISCH, D. B. Sentir as palavras, criar trincheiras: mulheres em defesa da red de la vida. Campos: **Revista de Antropologia**, Curitiba, v.19, n.1, 17-22, jan.-jun., 2018.

FOLLMANN, F. M.; SILVA, F. da.; LOSEKANN, M. B. As transformações do pampa: demandas e alternativas para conservação. *In*: WIZNIEWSKY, C. R. F.; FOLETO, E. M. (org.). **Olhares sobre o pampa**: um território em disputa. 1.ed. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p.78-88.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
GUDYNAS, E. **Direitos da natureza**: ética biocêntrica e políticas ambientais. São Paulo: Elefante, 2019.

GUDYNAS, E. Más allá del nuevo extractivismo: transiciones sostenibles y alternativas al desarrollo. *In*: WANDERLEY, Fernanda (coord.). **El desarrollo en cuestión**: reflexiones desde América Latina. La Paz: Oxfam y CIDES - UMSA, 2011. p. 379-410.

GUDYNAS, E. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. *In*: LÉNA, Philippe.; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. (org.). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.303-318.

GRUPO de mulheres Vera Lúcia. **TV Educação do Campo**. Santana do Livramento: TV Educação do Campo, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KERmN8nKRuk&t=17s&ab_channel=TVEDUCA%C3%87%C3%83ODOCAMPO. Acesso em: 06 jan.2021.

HAESBAERT, R. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, Niterói, v.22, n.48, p.1-16, jun., 2020.

HAESBAERT, R. Território e descolonialidade: sobre o giro(multi)territorial/de(s)colonial na América Latina. 1.ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas de ecossistemas**: o uso da terra nos biomas brasileiros: 2000-2018. Rio de Janeiro: 2020. E-book. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101753.pdf>. Acesso em: 05 fev.2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agrícola municipal**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?edicao=29008&t=destaques>. Acesso em: 03 jan.2021.

MAPBIOMAS. **Pampa Sul-americano perdeu 16,3% de vegetação nativa em 20 anos, mostra mapeamento inédito, abrangendo Brasil, Argentina e Uruguai**. 2021. Disponível em: <https://mapbiomas.org/pampa-sul-americano-perdeu-163-de-vegetacao-nativa-em-20-anos-mostra-mapeamento-inedito-abrangendo-brasil-argentina-e-uruguai>. Acesso em: 10 mai.2021.

MINAYO, M. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D.; TEIXEIRA, A. N. Análises Qualitativas nos estudos organizacionais: as vantagens no uso do software NVIVO®. **Revista Alcance**, Itajaí, v.23, n.4, p.578-587, out.-dez., 2016.

NIEDERLE, P.; PETERSEN, P.; COUDEL, E.; GRISA, C.; SCHMITT, C.; SAUBORIN, E.; SCHNEIDER, E.; BRANDENBURG, A.; LAMINE, C. **Rupturas na transição agroecológica: mudança institucional e desmantelamento das políticas públicas no Brasil**. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/353035899_Rupturas_na_transicao_agroecologica_mudanca_institucional_e_desmantelamento_das_politicas_publicas_no_Brasil. Acesso em: 16 jul.2021. No prelo.

PAREDES, J. Feminismo comunitario en la lucha de los pueblos. **Nuevamerica**, Rio de Janeiro, v.1, n.151, p.58-62, jul.-set., 2016.

PAREDES, J.; GUZMÁN, A. **El tejido de la rebeldía**: ¿que es el feminismo comunitario? La Paz: Moreno Artes Gráficas, 2014.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Campinas: Pontes, 1988.

PINHEIRO, P. dos S.; SILVA, M. L.; RODRÍGUEZ, M. P. Feminismos não hegemônicos contemporâneos: lutas cotidianas em defesa de territórios corpo-terra. **Revista Ártemis**, v.27, n.1, p.306-321, jan.-jun., 2019.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. *In*: CECEÑA A. E. (org.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p.151-197.

SALDAÑA, J. **The coding manual for qualitative researchers**. 2. ed. Estados Unidos: SAGE Publications Ltd, 2013.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. **Revista del Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, Año XIII, n.32, p.15-38, nov., 2012.

SVAMPA, M. **Las fronteras del neoextractivismo en américa latina**: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. 1. ed. Buenos Aires: Calas, 2019.

Submetido em 14/03/2022.

Aprovado em 20/05/2022.